

RESENHAS

**Álvarez Veinguer, A.; Arribas Lozano, A. & Dietz, G. (eds.). (2020).
Investigaciones en Movimiento: Etnografías colaborativas, feministas y decoloniales.
Buenos Aires: CLACSO. 442 pp.**

SILVIA RODRIGUES FOLLADOR

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8703-0875>

silviarf08@gmail.com

Nos últimos anos, o questionamento sobre como, porque e para quem produzimos conhecimento ganhou um espaço crescente em discussões acadêmicas na área de Ciências Sociais e, mais especificamente, na Antropologia. A presente coleção de ensaios reflete sobre essa questão e valoriza a busca por outros saberes, assim como se dedica a refletir sobre novos e diferentes modos de produzi-los. Para tanto, os editores citam dois objetivos centrais: 1) a análise das complexidades, tensões e contradições do processo criativo; 2) a promoção de diálogos e trocas entre diferentes experiências de pesquisa e escrita acadêmica. No entanto, já na introdução, advertem que a obra não pretende ser uma coletânea de ‘receitas’, uma vez que o propósito é demonstrar que cada situação específica de pesquisa exige da pessoa pesquisadora treinamento e presença de espírito para se adaptar ao seu respectivo contexto.

A intenção de criar e difundir conhecimento de modos alternativos está presente na própria maneira pela qual o livro foi criado e distribuído: graças ao apoio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e ao projeto de pesquisa *Procesos emergentes y agencias del común: praxis de la investigación social colaborativa y nuevas formas de subjetivación política*, financiado pelo Ministério de Economia e Competividade espanhol, a obra tem acesso gratuito e aberto. Movidos pelo objetivo de divulgar textos em espanhol que descrevam e reflitam sobre a praxis da pesquisa, foram convidados – incluindo os três editores – 24 acadêmicos e acadêmicas ibéricas ou que trabalham em instituições da região.

Tal como um roteiro de leitura que conecta todos os trabalhos presentes na coletânea, os editores sugerem o emprego da matriz elaborada por Alberto Arribas Lozano, no capítulo 7. Único capítulo a não tratar de um caso concreto de pesquisa, sua finalidade é possibilitar a contemplação das práticas de pesquisa por meio de ‘nove pontos de conexão’, cujo ponto de partida é o que o autor chamou de “genealogia da colaboração”, exemplificada na pergunta “como você chegou até aqui?”. Os outros pontos exploram desdobramentos desta primeira indagação, tais como: a normatividade e a expe-

rimentação; a temática do poder e suas assimetrias; a relevância e a responsabilidade; confiança, interlocução e o papel da pessoa pesquisadora; entre outros. Vale ressaltar que o autor classifica a matriz como um protótipo e cada pessoa pesquisadora é convidada a apropriar-se dela e de até mesmo refiná-la.

Em suma, os capítulos podem ser lidos de maneira independente, sem a necessidade de seguir a ordem pré-estabelecida pelo sumário. No entanto, caso opte-se por ler o livro na íntegra, recomenda-se iniciar a leitura pelo capítulo escrito por Arribas, uma vez que todo livro se refere à matriz por ele desenvolvida. Cada capítulo representa uma oportunidade para conhecer como pesquisadores e pesquisadoras planejaram e desenvolveram suas etnografias a partir de diferentes lentes: etnografia colaborativa, decolonial, feminista, pesquisa-ação e observação participante. Os editores sugerem perguntas norteadoras para se ter em mente ao longo da leitura: “Podemos trabalhar juntas(os) pensando a partir de diferentes coordenadas, diferentes lutas sociais e diferentes lugares (corpos, geografias) de enunciação? Estamos dispostos a repensar nossa prática a partir do encontro com outras práticas?” (:16, tradução própria).

A primeira experiência relatada é a reflexão autocrítica sobre uma pesquisa de etnografia colaborativa realizada por Gunther Dietz e Laura Selene Mateos Cortés. Nela, ambos refletem sobre os erros e acertos da metodologia empregada ao longo de dez anos no projeto de pesquisa *InterSaberes*. O projeto buscou entender a participação de docentes, discentes e egressos que depois começaram a atuar como professores(as), assim como esses mesmos papéis poderiam mudar no decorrer dos anos. Dietz e Mateos nos conduzem pelos diferentes ciclos da pesquisa e detalham como em certos momentos as etapas foram mais ou menos colaborativas e ‘dialógicas’, extrativas ou ‘convencionalmente acadêmicas’. Os autores são bem-sucedidos ao fazerem um balanço ponderado sobre o que esses dois tipos de abordagem aportam para a pesquisa e quais são suas respectivas vantagens e limitações.

O segundo capítulo, escrito por Stefano Sartorello, se dedica a refletir sobre questões epistêmicas, metodológicas e ético-políticas de um projeto de educação comunitária indígena em Chiapas, México. A metodologia utilizada – denominada de *metodologia arraigada intercultural* (MAI), ou em tradução livre, metodologia enraizada intercultural – foi co-construída em oficinas por todos os atores envolvidos, indígenas e não indígenas, durante a própria pesquisa. Sartorello credita em grande parte o sucesso do projeto ao envolvimento e importância dada à pesquisa pelos próprios educadores indígenas. Partiu do grupo o desejo de sistematizar suas práticas pedagógicas interculturais, construídas em seus territórios ao longo de dez anos com o intuito de guiar a formação das próximas gerações de educadores indígenas. Do lado dos acadêmicos não indígenas – chamados kaxlanes pelos maias –, Sartorello discorre sobre a importância de assumir uma autovigilância epistêmica na qual se busca escutar mais do que falar. Para que houvesse um processo colaborativo de fato, as contribuições de educadores indígenas precisavam ser vistas como ‘formas paralelas de análises’ e não como dados etnográficos.

Na sequência, Aurora Álvarez e Antonia Olmos Alcaraz relatam suas experiências de etnografia colaborativa com um movimento por direitos habitacionais na Andaluzia, Espanha. Atentas à importância do particular e às demandas relativas a cada situação específica, as investigadoras criaram um espaço de escuta denominado ‘grupos de debate’. Esse espaço intersubjetivo contava “[com a] potência

do encontro sem uma maior pretensão formada a priori e entendendo esses encontros como espaços constituintes” (:117). Com isso, a intenção era que as metas e objetivos da pesquisa fossem construídos de maneira conjunta. No entanto, as pesquisadoras também relatam suas frustrações com o limite da metodologia, como a impossibilidade de as pessoas participantes atuarem ativamente na análise dos dados.

No capítulo 4, Adolfo Estalella e Tomás Sánchez Criado discorrem sobre as particularidades da colaboração na etnografia contemporânea. Argumentam que a colaboração é um desafio relacional que não se limita ao trabalho de campo. Segundo eles, a partir das relações estabelecidas no campo é necessário definir formas adequadas de prestar contas para os sujeitos da pesquisa. A forma como isso se dará não deveria se resumir a uma aplicação rígida de metodologias. Os autores defendem a necessidade de se ir além da aplicação de técnicas de pesquisa para se pensar em metodologias que são resultados do encontro com o campo – e com as pessoas que nele se encontram –, o que ambos denominaram de dispositivos de campo.

A problematização da autoria individual em trabalhos acadêmicos é realizada por Lola Martínez Pozo. Ao relatar a sua experiência de pesquisa etnográfica feminista acerca da genealogia das mobilizações LGBTQIA+ na Espanha, Martínez reflete sobre a dificuldade de traduzir as epistemologias feministas, que ancoram o seu trabalho, em resultados de sua pesquisa, especialmente no que se refere à autoria. Ela problematiza o risco da apropriação individual do conhecimento que, na verdade, resulta de uma interação coletiva com sujeitos do campo. O caminho por ela encontrado para evitar tal apropriação consiste no que a autora chama de ‘articulação de conhecimento’, que pode ser compreendida como uma simetrização de diferentes tipos de conhecimentos, sejam eles relativos a correntes teóricas, discursos ou experiências de ativistas participantes da pesquisa.

Em seguida, o livro nos coloca diante da seguinte questão: seríamos capazes de desenvolver um projeto colaborativo a partir de um grupo que não existia a priori? Ángel Luis Lara Rodríguez responde essa pergunta, no capítulo 6, ao narrar a sua experiência de criação colaborativa de uma telenovela com mulheres mexicanas que vivem sem documentação na cidade de Nova York. A pesquisa tinha os objetivos de cartografar e tornar visível a vida e as necessidades dessas mulheres, além de ser um meio de comunicação para outras pessoas que se encontram na mesma situação, especialmente outras mulheres. O trabalho é um rico relato sobre o desenvolvimento de pesquisas colaborativas com pessoas que não possuíam uma familiaridade prévia com o tema. O capítulo também problematiza a dificuldade de se criar um significado comum com as participantes e sobre como isso pode influenciar no engajamento delas.

No capítulo 8, Norma Rosales-Anderson revisita sua pesquisa comparativa, realizada para o seu doutorado, sobre a avaliação de qualidade em instituições de ensino superior indígenas em três países: Aotearoa-Nova Zelândia, Argentina e Chile. Para isso, ela empregou a teoria Kaupapa Maori para demonstrar a divergência ontológica ao pensar a qualidade de ensino a partir de uma lente racional neoliberal vis-à-vis uma lente baseada em cosmovisões indígenas.

A questão sobre a natureza da confiança entre pesquisadora e os indivíduos presentes no campo é debatida pelas pesquisadoras Carmen Gregorio Gil, Paula Pérez Sanz e María Espinosa Spínola no capítulo 9. A partir da experiência de engajamento em uma antropologia feminista, elas relatam

as tensões e dificuldades vividas em pesquisas já realizadas. Aspectos como relações de poder, subalteridade e a intersecção de diferentes marcadores sociais são objeto de análise e problematização. Como um possível caminho para realizar uma pesquisa feminista marcada por contextos de desigualdade, no lugar de propor relações de confiança, as autoras sugerem o estabelecimento de relações de cuidado.

No capítulo 10, Ariana Sánchez-Cota e Luca Sebastian se desafiam a reimaginar um dos métodos mais tradicionais da etnografia: a entrevista. Com a intenção de desenvolver uma pesquisa colaborativa, os dois se propuseram a sair de uma lógica extrativista e a realizar o que chamaram de entrevistas/conversas. A ideia era partir de uma interação individual de curto prazo para construir uma colaboração mais duradoura, que desencadearia um processo colaborativo. Isso se deu ao testarem a devolução da entrevista transcrita para a pessoa entrevistada com o objetivo de estabelecer um vínculo que, ao contrário de ser uma etapa final, seria um processo em construção. Por se tratar de uma pesquisa sobre um movimento social de moradia no qual as pessoas ativistas tinham outras urgências, essa dinâmica não se mostrou tão frutífera quanto esperavam.

O capítulo 11 narra a experiência de Jaime Vera, Mariana Mora, María Paula Saffon, Pablo Gómez Mayra Ortiz e Ana Paula Félix em uma pesquisa-ação nascida das consequências da violação de direitos humanos, sobretudo aquelas desencadeadas pelo terremoto ocorrido na Cidade do México em 2019. A pesquisa tinha o objetivo de oferecer uma contranarrativa oficial, na qual as vítimas poderiam se apoiar para contestar a coleta de dados realizada pelo governo e assim exigir os seus direitos. Os autores revisitam, a partir de testemunhos, todo o processo de documentação, sistematização e análise de dados conjunta e fazem um balanço sobre as possibilidades e limites dessa abordagem.

Rocío García Soto, no capítulo seguinte, retrata seu processo de pesquisa de observação participativa em um coletivo que luta pelo direito de habitação, bem como suas dúvidas a respeito de como deveria ser essa participação e os limites de seu envolvimento. Ela ainda relata como aguardava um giro colaborativo por parte do coletivo, mas que, ao invés disso, foi ela que se deslocou do papel de especialista. No decorrer da pesquisa, a pesquisadora exerceu um papel cada vez mais de ativista, o que transformou a pesquisa numa prática participativa-observadora.

Por fim, no último capítulo, Alberto Colín Hizar narra sua pesquisa educacional com movimentos indígenas e populares na região de P'urhepecha em Michoacán, México. Sua inquietação é sobre como desenvolver uma pesquisa que não cometa violência epistêmica e que seja relevante para os sujeitos em questão. Um possível caminho seria o de colocar a pesquisa a serviço dos interesses coletivos dos sujeitos, favorecendo assim o trabalho em processos de interaprendizagem.

Investigaciones en Movimiento: Etnografías colaborativas, feministas y decoloniales representa uma oportunidade valiosa para mergulharmos no processo de criação de conhecimento em toda a sua riqueza: dúvidas, dificuldades, erros, acertos e conquistas de cada relato. Ao se preocupar em discutir como pessoas pesquisadoras podem construir outros tipos de conhecimento, que não seja autoritário e extrativista, a obra se constitui como um convite para a pessoa leitora refletir sobre suas práticas e posturas em seus respectivos campos de pesquisa, e para além deles.

Silvia Rodrigues Follador é Doutoranda em Administração Pública e Governo na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP).

RECEBIDO: 17/02/2022

APROVADO: 05/08/2022

PUBLICADO: 23/12/2022



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC